

Resumo de notícias econômicas

15 de julho de 2021 (quinta-feira)

Ano 3 n. 132

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 15 DE JULHO DE 2021

Nova proposta de IR tira até R\$ 27 bi de governos

O Estado de S. Paulo

Cálculos de tributaristas apontam que a queda de arrecadação com as mudanças previstas no Imposto de Renda vai pressionar Estados e municípios. A perda de receita deve ficar entre R\$ 23 bilhões e R\$ 27 bilhões. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou nota em que classifica a nova versão do texto como “escândalo”.

O parecer do relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), prevê uma diminuição total da carga de até R\$ 30 bilhões, resultado de medidas como o corte da alíquota do IR das empresas de 15% para 2,5%. Na prática, governadores e prefeitos assumiriam entre 77% e 90% do impacto total. “É fácil fazer bondade com o chapéu alheio”, disse o diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCIF), Bernard Appy. Pelos seus cálculos, a redução da receita para governadores e prefeitos será de cerca de R\$ 23 bilhões. Segundo ele, ao concentrar o impacto com as medidas, o parecer vai na contramão do que precisaria ser feito para melhorar a tributação no País. A Constituição determina que 46% das receitas do IR devem ser repassadas para os governos regionais. Outros 3% são destinados aos fundos de desenvolvimento regional.

Segundo apurou o Estadão, cálculos que estão sendo levantados pelos Estados apontam uma perda maior, de até R\$ 27 bilhões, sendo R\$ 14 bilhões para Estados e R\$ 13 bilhões para municípios. As medidas incluídas pelo relator para compensar a perda na arrecadação, como o fim de isenções para 20 mil empresas, estão concentradas em tributos que não são divididos com governadores e prefeitos.

O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso, cobrou transparência nos números. “Nossas estimativas preliminares mostram que de 75% a 90% da perda de arrecadação seria dos Estados e municípios”, diz. Ele ressalta que a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – tributo que também incide sobre o lucro das empresas, mas não é dividido entre União, Estados e municípios – não foi mexida no projeto. Segundo Cardoso, os cofres estaduais perdem também com a

correção da tabela do IR das pessoas físicas, já que o imposto é retido na folha dos servidores. Pelos seus cálculos, o Rio Grande do Sul perde 10% da arrecadação do IR na fonte, ou R\$ 300 milhões por ano. Se esse valor for extrapolado para todos os Estados, a perda ficaria entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, diz que o governo paulista vai perder menos por causa do critério de divisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que impõe ao Estado uma parcela menor. Pelos cálculos preliminares da equipe de Meirelles, a perda ficará entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões. “Mas os Estados estão reclamando porque o projeto é voltado para resolver o problema federal, não é projeto de reforma tributária”, critica.

“Não concordamos e lamentamos profundamente”, disse o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Segundo ele, a entidade vai mobilizar sua base no Congresso. “O relatório é um escândalo, tanto por desonerar a renda das empresas e pessoas mais ricas do País, num momento em que o mundo avança em sentido contrário, quanto por produzir um rombo de pelo menos R\$ 30 bilhões nas contas públicas”, diz a entidade em nota.

‘Não há espaço para redução tão elevada’, diz Jorge Rachid

Broadcast

Ex-secretário da Receita, Jorge Rachid avalia que o parecer da reforma do IR, apresentado pelo deputado Celso Sabino, trouxe avanços em relação à proposta original, mas alerta que não há margem nas contas do governo para permitir uma queda tão elevada do Imposto de Renda das empresas. Rachid diz que os Estados e municípios também vão perder arrecadação se não houver uma compensação. Leia a seguir a entrevista.

• Qual o risco da perda de arrecadação de R\$ 30 bilhões em 2023 prevista no parecer?

É uma perda considerável. O relator sinaliza que vai buscar fontes de receitas de outros setores para poder cobrir ou mesmo outras despesas que estão sendo contidas para cobrir. Mas realmente não há espaço fiscal para permitir uma redução tão elevada como essa. Quando outros países estão buscando maior arrecadação, especialmente,

EUA e Reino Unido, cobrando mais das empresas para cobrir os gastos da pandemia e não renunciando a recursos.

- **O Brasil está na contramão?**

Mas há uma preocupação do fiscal agora, do Orçamento do governo. Isso tem que ser considerado nessa avaliação. Mas o mais importante é que houve avanços e agora vai entrar o debate com a distribuição do parecer para os líderes da Câmara. Vamos aguardar os debates.

- **Ao reduzir o IR, Estados e municípios não podem perder recursos?**

Sim, o balanço apresentado é desfavorável aos Estados e municípios. O corte de renúncias, em boa parte, e a eventual redução de despesas orçamentárias, não afeta os fundos de participação dos Estados (FPE) e municípios (FPM). Moral da história. Eles vão ter perda no saldo porque a arrecadação do Imposto de Renda, base para o FPE e FPM, vai diminuir.

- **Dá para votar nesta semana como quer o presidente da Câmara?**

É um projeto que requer muita atenção porque envolve mais de R\$ 100 bilhões de redução na arrecadação e com a expectativa de mais de R\$ 85 bilhões de compensação. Assim, sem dúvida, muita atenção deve ser dispensada nesse substitutivo apresentado.

- **O que o sr. achou da redução agressiva do Imposto de Renda das empresas?**

O texto do relator evoluiu bastante em relação à proposta do Executivo. Corrigiu alguns pontos que estavam equivocados, como a obrigatoriedade de empresas, como administradoras de imóveis e shoppings, saírem do lucro presumido. Isso saiu. Houve uma redução substancial do Imposto de Renda das empresas, mas o relator não corrigiu uma coisa que precisa de reparos: os lucros apurados até 31 de dezembro de 2021, quando distribuídos no ano que vem, serão tributados. Isso é um tremendo equívoco.

- **Por quê?**

Vou dar um exemplo: uma empresa com lucros acumulados agora, no segundo semestre, está vendo a economia melhorar e quer esperar para reinvestir ou distribuir no ano que vem. Com a economia melhorando, a empresa pode pretender, por exemplo, ampliar um galpão e empregar 50 funcionários. Acontece que, com essa redação, havendo alguma incerteza, se a empresa resolver distribuir os lucros

acumulados até 31/12/2021 no ano que vem, ela vai pagar o IR sobre dividendos. Esse empresário não vai querer arriscar. Uma norma tem que ter a menor interferência possível. Não tem que antecipar uma situação. Lembrando que, quando se tornou isento, os lucros apurados até 1995, quando distribuídos eram tributáveis.

Corte de isenções vai bancar parte do novo IR

O Estado de S. Paulo

Especificamente para as empresas, a cobrança do Imposto de Renda terá uma queda de R\$ 74,1 bilhões, em 2022, e de R\$ 98,1 bilhões, em 2023, com as mudanças apresentadas ontem pelo relator do projeto de reforma tributária, Celso Sabino (PSDB-PA). O projeto prevê queda da carga de 0,4% do PIB – ou R\$ 172,2 bilhões nos dois anos.

Os cálculos constam em planilha, entregue pelo relator aos líderes do Congresso e obtida pelo Estadão, para angariar apoio ao projeto e ao corte de benefícios fiscais de 20 mil empresas. O fim das isenções atingirá indústrias de cosméticos, perfumaria, higiene pessoal, produtos farmacêuticos, químicos e aeronaves e embarcações, que perderão incentivos fiscais para compensar em parte a redução do Imposto de Renda das empresas.

Além disso, será retirada parte dos benefícios de Pis/cofins dados a termoelétricas na aquisição de carvão e gás natural. “Entendemos que esse setor foi beneficiado com a capitalização da Eletrobras”, disse Sabino. Do Norte do País, Sabino não retirou incentivos das gigantes de bebidas, como Ambev e Coca-Cola, concedidos na Zona Franca de Manaus, como tinha sinalizado o Ministério da Economia. Entraram na lista o fim da isenção do Imposto de Renda para os auxílios de moradia e transporte de agentes públicos, como políticos e juizes, e até mesmo o ganho com o fim dos supersalários, aprovado ontem pela Câmara.

Se vai cortar incentivos de um lado, o relator retirou do texto a taxação de 15% sobre os rendimentos de fundos de investimentos imobiliários (FIIS). Esses fundos permaneceram intactos depois de uma forte mobilização do setor e pressão sobre Congresso e equipe econômica.

O novo texto corta R\$ 115 bilhões da arrecadação prevista até 2023, mas medidas como a redução de subsídios, taxação de dividendos e fim da dedução com o

pagamento de juros sobre capital próprio aumentam o recolhimento de tributos em R\$ 85 bilhões. A queda forte da tributação das empresas é uma forma para enfrentar as resistências ao projeto do setor privado, que se uniu contra o aumento da carga tributária. Mais de 120 associações enviaram manifestação contrária ao texto do governo para o presidente da Câmara, Arthur Lira.

Para Sabino, essa redução, que classifica de “extraordinária”, não terá mais volta e será fundamental para atrair investimentos, aumentar a competitividade das empresas brasileiras em relação ao resto do mundo. “Vamos colocar em outro patamar mundial econômico”, disse.

O relatório prevê a manutenção do fim da possibilidade de as empresas deduzirem do imposto a pagar as despesas com os chamados Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma forma que as grandes companhias remuneram os seus acionistas.

Sabino retirou do texto a obrigatoriedade de empresas imobiliárias, de aluguéis, e shoppings terem que pagar o imposto pelo lucro real. Essas empresas pagam pelo lucro presumido, uma forma simplificada de tributação, e a mudança que a Receita queria impor foi uma das mais criticadas pelo mercado no projeto original do governo. O relator enxugou o projeto cortando o que chamou de “penduricalhos” que tratavam de medidas acessórias, de combate à elisão (formas que as empresas usam para pagar menos impostos ou dilatar o pagamento ao longo do tempo de forma que se torne, na prática, inexistente) e à sonegação.

Essas medidas são consideradas importantes para evitar operações de planejamento tributário num momento em que o governo já vai perder arrecadação com a queda da alíquota. Segundo o Ministério da Economia, esses mecanismos vão fazer falta na ação de combate à sonegação da Receita Federal. “Não tem nenhum espaço fiscal para fazer algo nessa linha (de redução da carga)”, disse o coordenador do Observatório Fiscal, Manoel Pires. “Não tem sentido uma alíquota principal de IRPJ inferior à complementar. Isso é uma contradição.”

Isso porque o relator aumentou de 5 para 12,5 pontos percentuais a redução da tributação do Imposto de Renda sobre as empresas. O corte será de dez pontos em 2022 e o restante em 2023. O valor de perda de arrecadação foi considerado alto para um País que tem déficit fiscal e uma dívida pública elevada, de quase 100% do PIB. “A

redução de arrecadação é certa enquanto as medidas de compensação não possuem o mesmo grau de certeza”, disse uma fonte do Ministério da Economia que pediu para não ser identificada.

Para o analista do Senado e especialista em contas públicas, Leonardo Ribeiro, o texto pode trazer incertezas para as contas públicas pelo risco de aumento da dívida. Ele explica, porém, que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) permite redução da arrecadação em caso de medida geral e indiscriminada, ou seja, que não olha para um segmento específico.

Empresas reagem a mudanças em incentivos

Broadcast

Os setores que podem ver o fim de incentivos fiscais, caso o parecer do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) seja aprovado, dizem que foram pegos de surpresa e que o impacto prejudicará empresas já afetadas pela crise causada pela pandemia. Além disso, prometem repassar o custo extra aos consumidores, com o aumento dos preços.

A Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos disse que a medida afetará toda uma cadeia de fornecedores, varejistas, revendedoras, salões de beleza além de consumidores, “que serão penalizados com aumento de carga tributária”.

“O texto traz prejuízos para a sociedade, que sofrerá com aumentos de preços, e restringirá o acesso da população de menor renda a produtos essenciais que promovem proteção e manutenção da saúde e bem-estar da sociedade, evitando inclusive, gastos com o tratamento da saúde”, escreveu a associação que representa setor de cosméticos.

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem afirmou que, no caso do setor, existem benefícios que são repassados aos usuários e a sua retirada “de forma pouco avaliada” pode ser uma medida em sentido oposto ao que pretendeu o governo no projeto de lei da cabotagem (navegação na costa brasileira). “Os investimentos no Brasil precisam ser incentivados para afastarmos a volatilidade do mercado internacional como o que está ocorrendo com a navegação de longo curso que teve os valores de frete quadruplicados.”

Já a Associação Brasileira das Empresas Aéreas disse, por meio de nota, que a medida poderá significar mais custos para a aviação comercial, prejudicando um setor que já tem sido duramente afetado pela pandemia. A extensão desse impacto, porém, ainda está sob análise da Abear e de suas associadas.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas disse que o texto de Sabino representou um “avanço” em relação ao enviado pelo governo, mas que há ainda “distorções” que precisam ser corrigidas para não afetar a atração de investimentos ao País na retomada econômica. A entidade, que representa 85% do total do valor de mercado da B3, a Bolsa brasileira, defende a uniformização das alíquotas cobradas sobre a distribuição de lucros e dividendos e sobre outras aplicações financeiras. Pede que a taxação comece sobre os lucros apurados de 2022 em diante. Além disso, quer que seja mantida a possibilidade de dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), forma de as empresas remunerarem os acionistas com benefício tributário.

Comandada por mulheres, Captalys prepara seu IPO

Broadcast

Com R\$ 7,1 bilhões de ativos sob gestão, a plataforma de infraestrutura de crédito Captalys acaba de contratar o BTG Pactual como coordenador de sua oferta inicial de ações (IPO). Com o propósito de “transformar o crédito em bem comum”, a Captalys tem marcas bem diferentes de outras do setor financeiro. Formada por três empresas com forte pegada tecnológica, só tem mulheres como CEOs. Juliana Aguiar (E) preside a CCI, certificadora de créditos que cuida das cobranças da plataforma. Larissa Pomerantzeff (D) à frente da idtrust, fintech que permite a empresas fazer empréstimos a fornecedores. Por sua vez, Margot Greenman (C) é a presidente executiva da Captalys, que adquiriu as duas empresas e pretende ir à Bolsa para ganhar musculatura e mudar de patamar.

“Trabalhei no mercado financeiro por mais de 20 anos e faz muita diferença olhar para cima e para os lados e encontrar mulheres no comando”, diz Larissa, que foi diretora financeira da Syngenta. A CCI, de Juliana, tem mais de 70% dos cargos de liderança ocupados por mulheres. Já Margot está há mais de 20 anos na área, tendo passado por Credit Suisse e IFC, antes de fundar a Captalys.

Com a digitalização forçada pela pandemia, a plataforma viu seus negócios crescerem exponencialmente. A alta foi de 130% no primeiro trimestre deste ano ante igual período de 2020. O movimento se deu por conta da ‘fintechização’ das empresas: muitas companhias passaram a oferecer crédito a clientes e consumidores, e a Captalys, fornecedora da infraestrutura desses sistemas, foi beneficiada.

Com 360 funcionários, a plataforma processa mensalmente R\$ 730 milhões e 3,5 milhões de contratos. Como a maior parte das transações é feita por pequenas e médias empresas, a Captalys pretende quantificar o impacto na distribuição dos recursos e na redução do custo do crédito com relatórios de indicadores socioeconômicos. “Há um modelo de negócios mais sustentável e que vai fomentar o desenvolvimento econômico da sociedade de forma expressiva e por um longo prazo”, diz Margot. “É com essa crença que nos levantamos todas as manhãs.”

Hoje com 200 mil clientes e R\$ 6,5 bilhões sob gestão, a plataforma de investimentos Warren ambiciona multiplicar por dez a base de usuários e chegar a R\$ 300 bilhões em ativos em até quatro anos. Com o caixa forrado após um aporte de R\$ 300 milhões liderado pelo GIC, fundo soberano de Cingapura, a empresa deve fazer três aquisições nos próximos meses.

Expansão de cursos de Medicina

Broadcast

A Yduqs vai investir R\$ 30 milhões na criação de um novo campus do Idomed no Rio de Janeiro. O prédio será o maior em operação de suas faculdades de medicina e faz parte de uma investida da companhia para ampliar a sua penetração nos cursos premium, mas com a área de saúde como um dos principais pilares de expansão.

Além do Idomed, a Yduqs é dona também do Ibmec, marca que veio junto com a aquisição do grupo Adtalem. A expectativa é que esse novo campus e outras operações em abertura ajudem a companhia a ampliar dos 6,3 mil alunos atuais para 15 mil em sete anos com a maturação das instituições.

A Yduqs reuniu, em maio, os cursos de medicina em uma só área de negócios, na divisão hoje chamada de Idomed. Segundo Marina Fontoura, vice-presidente de

operações premium da Yduqs, não há interesse no momento de que essa operação seja separada da Yduqs e parta para um IPO, mas não é algo totalmente descartado.

Volkswagen Caminhões vende modelo elétrico para gigantes Coca-cola e JBS

O Estado de S. Paulo

Empresa iniciou oficialmente ontem as vendas do e-delivery, elétrico que já tinha encomendas da Ambev e chamou também a atenção de outras 58 empresas interessadas, de acordo com a marca; preço do veículo varia conforme a configuração e parte de R\$ 780 mil

A Volkswagen Caminhões e Ônibus (VWCO) iniciou oficialmente ontem as vendas do caminhão elétrico e-delivery, desenvolvido e produzido no País. O lançamento do veículo para uso urbano, especialmente em entregas, vem acompanhado de um pacote que inclui assessoria e fornecimento de estações de recarga e instalação de sistema para geração de energia solar.

Em evento on line para marcar a chegada do e-delivery às revendas, o presidente da VWCO, Roberto Cortes, informou que a Coca-cola encomendou 20 unidades do modelo e a JBS, um – para testes. “Há outras 58 empresas interessadas.”

A Ambev já tem um contrato de intenção de compra de 1,6 mil caminhões, feito em 2018, e confirmou 100 até agora, que serão entregues até outubro.

Por ser uma tecnologia nova e inicialmente ter baixa escala de produção, o e-delivery custa, em média, 2,5 vezes mais do que a versão a diesel.

O preço varia de acordo com as configurações do produto. A versão para 11 toneladas de carga com três “packs” (sistemas e bateria) custa R\$ 780 mil e tem 110 km de autonomia. O modelo mais completo, para 14 toneladas de carga e seis packs, custa R\$ 980 mil e roda até 250 km com a carga cheia.

“O custo adicional se paga em até cinco anos porque a eletricidade é mais barata que o diesel. O custo de manutenção é menor, há menos peças, o desgaste é menor e a eficiência do veículo é melhor”, afirmou Cortes.

O executivo está de olho no mercado externo e diz que, futuramente, vai oferecer o caminhão elétrico em todos os mercados em que já atua na América Latina e na África do Sul. Também não descarta a Europa.

Crise energética. Mesmo com a atual crise hídrica, que levou o governo a elevar o preço da energia, Cortes acredita que o e-delivery tem grande potencial de vendas. Um dos motivos é o compromisso das empresas em zerar a emissão de carbono nos próximos anos. “E o problema atual (de falta de chuvas) deve ser resolvido logo.”

“As empresas terão opção de não usar energia do sistema elétrico, pois também oferecemos alternativas de instalação de placas de energia solar em suas garagens”, afirmou o vice-presidente de vendas e marketing, Ricardo Alouche.

Os sistemas de abastecimento serão oferecidos pela montadora em parceria com a Siemens, ABB e Gdsolar. Há modelos de carregadores que fazem o abastecimento em 45 minutos. A bateria de lítio é importada da empresa CATL, da China, pela Baterias Moura, parceira da Volkswagen no projeto. A empresa agrega componentes e faz a instalação no veículo. Também será responsável pela reciclagem das baterias após o uso nos veículos, que tem duração de cinco a oito anos.

A Moura montou uma linha exclusiva em sua fábrica em Pernambuco para a montagem das baterias para a Volkswagen e atua dentro do complexo modular da fábrica VWCO em Resende (RJ). Também operam no complexo a Weg, a Meritor e a Bosch. Outra parceira direta é a Semcon, na área de engenharia, e a Eletra, que faz conversão de veículos a diesel em elétricos. Cortes afirmou que o próximo passo da empresa, já em estudos, é o desenvolvimento de ônibus elétricos, projeto incluído no programa de investimento de R\$ 2 bilhões da empresa entre 2021 e 2025.

Para Ilan, 2022 será um ano desafiador

O Estado de S. Paulo

O ex-presidente do Banco Central e atual presidente do conselho do Credit Suisse no Brasil, Ilan Goldfajn, afirmou ontem que o próximo ano pode ser bastante desafiador, com a volatilidade provocada pelas eleições presidenciais, as questões sobre o crescimento depois da recuperação do baque em 2020 e a normalização monetária no mundo. Apesar da preocupação com 2022, Ilan avalia que a volatilidade atual dos ativos

brasileiros é mais uma correção momentânea. Ilan participou de um painel na cerimônia de entrega do Prêmio Broadcast Empresas, com o diretor executivo de Finanças da Vale, Luciano Siani, e com o diretor de relações com investidores da Weg, André Luís Rodrigues.

No evento, ele lembrou a discussão do ano passado, quando se dizia que a inflação no Brasil continuaria baixa por muito tempo, e destacou que a inflação está subindo e pode ficar próxima de 7% este ano, muito acima do teto da meta (5,25%). “O ano de 2022 pode ser mais desafiador, não é fácil derrubar a inflação no Brasil.”

Segundo Ilan, o Credit projeta alta de 4,5% da inflação oficial para 2022, novamente acima do centro da meta (3,5%). PIB e vacinação. O ex-presidente do BC afirmou que a retomada da atividade no Brasil está surpreendendo, mas ponderou que não a vê como resultado do andamento de reformas. Em sua avaliação, a retomada atual vem da retomada da mobilidade, que, por sua vez, vem do avanço da vacinação.

O Credit Suisse espera crescimento de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, mas o economista indicou que pode ir a 6%. “Finalmente, estamos levando a sério. É possível que todos os adultos estejam vacinados com a primeira dose até o fim de setembro. Com a segunda dose, pode ficar para o início de 2022.”

Segundo o ex-presidente do BC, o risco atualmente para a atividade é menos a vacinação e está se deslocando para o racionamento e o cenário externo, referindo-se à expectativa pela normalização monetária nos países desenvolvidos. Ilan também destacou que é importante manter o juro básico em um dígito no Brasil até para que o crescimento do mercado de capitais prossiga. Sobre as reformas, disse que 2021 marca o retorno da agenda, mas ponderou que é preciso verificar a qualidade dos projetos. Ele citou a reforma tributária como exemplo e disse que é preciso calibrar bem e não aprovar qualquer coisa.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) (R\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB (%)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS (US\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Exportações	2.342,08	2.275,19	1.853,42	1.071,64
Importações	2.534,05	2.357,54	2.413,55	1.540,16
Saldo Comercial	-191,97	-82,35	-560,13	-468,52

Fonte: MDIC

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central

PRINCIPAIS ÍNDICES				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar (mil)	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE.

ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS - CEARÁ		
Indicadores	2020	2021 (Até maio)
Contratações	372.083	182.814
Demissões	358.013	158.869
Saldo de Empregos Gerados	14.070	23.945

Fonte: Novo Caged.

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS					
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211

Fonte: RAIS/ME

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ				
ESPECIFICAÇÕES	Total do ano			2021
	2018	2019	2020	Até junho
Abertura	69.981	84.948	89.084	55.775
Fechamento	71.796	31501	27.463	17.844
Total	-1.815	53.447	61.621	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) - 2018 A 2021					
PERÍODO	Total do ano			2021	
	2018	2019	2020	Junho	Até junho
	17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.578.983	10.038.098

Fonte: CIAPP.